

“ARTES DE FAZER E REMENDAR REDES”: CULTURA MATERIAL DA PESCA E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA, ESTADO DO PARÁ, BRASIL

“ARTS OF MAKING AND MENDING NETS”: MATERIAL CULTURE OF FISHING AND THE CURRICULUM IN YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE BRAGANTINA AMAZON, STATE OF PARÁ, BRAZIL

Rogério Andrade Maciel 1
Arthane Menezes Figueirêdo 2
Luis Henrique dos Reis Silva 3

Resumo: Este trabalho teve por objetivo discutir a cultura material das redes de pesca na perspectiva de compreensão dos saberes locais que orientem a construção de Currículos significativos para a Educação de Jovens e Adultos na Amazônia Bragantina, Estado do Pará, Brasil. A discussão teórica partiu da análise dos interesses hegemônicos nas políticas educacionais vigentes no Brasil, especialmente por meio da BNCC, e a relação deste documento com a EJA, invisibilizando a cultura e os modos de ser e viver dos sujeitos das Amazônias, observando especialmente as necessidades de pescadores do município de Bragança, no estado do Pará e como seus artefatos materiais podem subsidiar a construção de currículos significativos. É uma pesquisa qualitativa, com uso da metodologia da Nova História Cultural (NHC), desenvolvida a partir da escuta de pescadores, mediante entrevistas. Os resultados apontam que as artes de fazer e remendar redes de pesca, constituem a cultura material da pesca, esta que deve ser reconhecida e legitimada como produção de conhecimento que valoriza os sujeitos pescadores, seus artefatos e práticas culturais como orientadores de currículos na Amazônia bragantina.

Palavras-chave: Educação na Amazônia. Currículo. Cultura Material da Pesca. Educação de Jovens e Adultos.

Abstract: This work aimed to discuss the material culture of fishing nets from the perspective of understanding local knowledge that guides the construction of significant Curricula for Youth and Adult Education in the Bragantina Amazon, State of Pará, Brazil. The theoretical discussion started from the analysis of hegemonic interests in current educational policies in Brazil, especially through the BNCC, and the relationship of this document with the EJA, making the culture and ways of being and living of the subjects of the Amazons invisible, especially observing the needs of fishermen from the municipality of Bragança, in the state of Pará and how their material artifacts can support the construction of meaningful curricula. It is qualitative research, using the New Cultural History (NHC) methodology, developed by listening to fishermen, through interviews. The results indicate that the arts of making and mending fishing nets constitute the material culture of fishing, which must be recognized and legitimized as the production of knowledge that values fishermen, their artifacts and cultural practices as curriculum guides in the Amazon. bragantina.

Keywords: Education in the Amazon. Curriculum. Material Culture of Fisheries. Youth and Adult Education.

- 1 Professor e Pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Líder do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Currículos nas Amazônias (NIPHECA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4171802049479343>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1673-5215>. E-mail: rogeriom@ufpa.br
- 2 Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É líder do Núcleo de Estudos em Currículos e Formação de Professores/as nas Amazônias (NUCFOR) cadastrado pelo CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4712716649621181>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9124-5086>. E-mail: arthane@unifap.br
- 3 Acadêmico do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Currículos nas Amazônias (NIPHECA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8556969545490373>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3345-7924>. E-mail: luishenriquesilva0018@gmail.com

Introdução

Nas Amazônias, da região norte do Brasil, existe uma pluralidade de sujeitos, práticas, saberes e culturas materiais e imateriais que necessitam serem discutidas no campo da formação de professores e na tessitura de currículos (práticas pedagógicas dos professores das escolas públicas), advindos das realidades existentes nas comunidades tradicionais das Amazônias.

Segundo Chartier (1990), a história da cultura, na estrutura social neoliberal impacta todas as estruturas vigentes, incluindo a história da educação e a educação, enquanto dominação simbólica que, conforme Beltrão e Lacerda (2017); Maciel, Neves e Magalhães (2020), invisibiliza as polissemias existentes nas/das Amazônias. Essa inclusão de pauta do direito à educação, reside tanto do esforço das construções teóricas- analíticas-metodológicas das universidades, quanto das lutas e resistências dos movimentos sociais, pela ampliação da coletividade e dos direitos associados as pluralidades culturais.

Na Amazônia Bragantina, e/ou como o identificamos, o município de Bragança, localizado no Estado do Pará, tem 411 anos de Histórias e Culturas. Nele, os sujeitos estão constituídos nos territórios dos campos, na sede do município, na praia e na colônia, com uma íntima relação com as florestas, com as águas, com a agricultura familiar, com as festas religiosas, como a Marujada de São Benedito e com a pesca. Cada prática exercida no interior desses territórios deve ser vista pelas suas diversidades e pluralidades. A cultura da pesca, foco desta pesquisa, se traduz por uma forte identidade da população bragantina.

Na cultura da pesca existe uma pluralidade de práticas, com a pesca industrial, semi-industrial e artesanal. Em cada uma delas há tessituras de determinados artefatos da pesca que, em seu conjunto, constitui a cultura material e imaterial da pesca. Desse modo, na cultura material, iremos perceber a existência de artefatos/objetos semelhantes e diferenciados para o exercício de determinadas práticas culturais, conforme anuncia Certeau (2014). Nas práticas culturais pesqueiras, dependendo dos territórios pesqueiros e os tipos de pesca a serem praticadas, os modos de fazer vão sendo reinventados pelos sujeitos com o uso dos objetos de consumo em cada contexto sociocultural.

Nessas diversidades dos povos Amazônidas, nos contextos de pesca, perpetuam-se a desvalorização tanto para quem a pratica, quanto para a construção de currículos orientadores e formadores, advindos dos saberes pesqueiros, das práticas, dos sujeitos e da multiplicidade de artefatos, enquanto elementos da cultura material.

Para Miller (2009, p.111), a cultura material é inseparável da imaterial, “o imaterial só pode se expressar pelo material. Então, descobrimos que a maioria das pessoas preferem uma gradação entre os dois, em lugar de um rígido dualismo”. Assim, essas relações são constituídas de sentidos nas operações dos seres humanos.

Desse modo, existem inúmeros artefatos a serem investigados nas experiências com as pescadoras e pescadores. Eles precisam ser mapeados, compreendidos e analisados com base nos saberes das experiências para a produção do conhecimento dos saberes científicos. Assim, o interesse desta pesquisa tem o objetivo de discutir a Cultura Material das redes de Pesca na perspectiva de compreensão dos saberes locais que orientem a construção de Currículos significativos para a Educação de Jovens e Adultos na Amazônia Bragantina, Estado do Pará, Brasil.

Portanto, nossa questão problema se propõe a investigar: de que maneira os artefatos/objetos culturais usados no cotidiano da comunidade da Vila do Bonifácio, constituem a cultura material das redes de pesca e são orientadoras de currículos para a Educação de Jovens e Adultos, na Amazônia Bragantina, Estado do Pará, Brasil? Nesse ínterim, os artefatos identificados com os sujeitos pescadores na Vila do Bonifácio, localizada em Ajuruteua, território da praia, foi como o uso das redes de pesca, artefato que pelo seu conjunto, também apresenta a cultura material da pesca.

Cabe ressaltar que o referido texto é produzido pelo Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e se vincula ao Núcleo de Estudos em Currículos e Formação de Professores nas Amazônias (NUCFOR). Nesse estágio a pesquisa está vinculada a análise das culturas pesqueiras e visa contribuir com às proposições de currículos articulados a EJA profissionalizante do município de Bragança, por meio do projeto de pesquisa, aprovado no Edital Universal – Chamada CNPq/MCTI/FNDCT nº 18 - [404943/2021-7], nomeado *Cultura Material da pesca e a*

proposição do currículo na EJA profissionalizante no município de Bragança, Estado do Pará, Brasil e executado pela Universidade Federal do Pará (UFPA)/ *Campus* Universitário de Bragança e pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Currículo na Amazônia (NIPHECA), em cooperação com outras Instituições no Brasil, dentre elas, a UFPA e a UNIFAP.

Dessa maneira, o texto está organizado com essa introdução, momento em que apontamos a relevância da pesquisa, sua problemática e as aproximações com o objeto. Um segundo tópico teórico-analítico sobre o currículo e a Educação de Jovens e Adultos, e o quanto necessitamos produzir pesquisas nesse campo, pois, a BNCC invisibiliza o lugar da EJA em seu documento, além das especificidades existentes em turmas da EJA, bem como, as possibilidades de práticas pedagógicas docentes que possam ser discutidas na relação das realidades locais e globais. O terceiro tópico constitui os materiais e métodos da pesquisa, e como foi organizada toda trajetória metodológica. A seguir, adentramos nos resultados e discussões, analisando o uso dos artefatos enquanto elementos da cultura material e seus indicativos curriculares para a EJA.

Na sequência, apresentamos as considerações finais, apontando a análise de diversidades de objetos e como podemos efetuar as interfaces da cultura local com o contexto escolar nas comunidades tradicionais pesqueiras e, por fim, as referências onde consta o aporte teórico que subsidiou a pesquisa.

Desafios de um currículo voltado para a EJA nas Amazônias brasileiras

Falar em educação e construção de currículos numa perspectiva crítica e contra-hegemônica requer a compreensão da diversidade cultural, econômica, política e socioambiental, bem como a diversidade de saberes tradicionais e necessidades de um povo que se integra à natureza como nenhum outro, cultivando seu solo com diferentes culturas, extraindo recursos para seu sustento e dos familiares e ainda protegendo esse território de sucumbir aos avanços capitalistas.

Por compreendermos que as Amazônias brasileiras constituem um território e cada estado da Amazônia tem uma singularidade e complexidade, advém daí o uso de Amazônias, no plural, entendendo, desse modo, que cada comunidade, cidade, aldeia, assentamento, quilombo onde residem seus moradores – sejam eles ribeirinhos, assentados, pescadores, quilombolas, indígenas ou, simplesmente amazônidas – têm peculiaridades que se constituíram ao longo do tempo, deixando claro que não é um território homogêneo e que não cabe, portanto, impor à sua população processos formativos padronizados, homogeneizantes constituídos externamente, em busca de atender uma lógica colonizadora e hegemônica. Para Camargo *et al.* (2022):

É necessário não apenas compreender como vem se configurando o debate sobre currículo, diversidade e diferenças culturais nas múltiplas Amazônias, identificando o lugar dos sujeitos e dos seus conhecimentos nas produções curriculares. Urge debater as diversidades culturais, territoriais, ambientais e produtivas e sua inserção nos sistemas e processos educativos, de forma que se materializem nos currículos de formação de professores e cheguem ao chão das escolas (Camargo *et al.*, 2022, p. 251).

Nossas reflexões se fundamentam em estudos de autores que desenvolvem pesquisas em perspectivas interdisciplinares, voltadas às relações entre o capitalismo e as políticas educacionais e seus reflexos para as práticas docentes, a formação de professores e a elaboração de currículos escolares que têm se intensificado no Brasil por influência do neoliberalismo, invisibilizando contextos sociais específicos que ficam desassistidos de um projeto formativo, voltado às suas reais necessidades.

Compreendemos ainda a necessidade dos sujeitos das Amazônias promoverem diálogos entre os seus saberes e aqueles construídos historicamente em outras regiões brasileiras e do mundo que chegam por meio das políticas educacionais, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que institucionalizou processos de padronização de conhecimentos, invisibilizando as identidades e as culturas regionalizadas e vem, hegemonicamente, promovendo uma uniformidade

curricular que favorece a exclusão social, notadamente das pessoas que precisam retornar às escolas por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nesse contexto, nos 'debruçamos' para analisar os documentos que foram instituídos no país com objetivo de reformulação dos currículos escolares e da formação de professores, especialmente o documento, intitulado Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que abrange os currículos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e a Base Nacional Curricular da Formação de Professores (BNCC-Formação), que impõe modificações (ainda em processo de implementação) nos currículos dos cursos de licenciatura de todas as instituições superiores do Brasil, públicas e privadas.

As novas diretrizes instituídas se ancoram nos princípios da pedagogia das competências que, de acordo com estudiosos, como Simão (2016), está pautada na padronização de conhecimentos como forma de preparação dos sujeitos para as indústrias e mercado de trabalho, considerando, para isso, especialmente a realidade das grandes cidades que estimula a competitividade e responsabiliza os indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso, não importando as oportunidades que terá ou a região em que reside, desconsiderando inclusive as diversidades e os interesses pessoais, bem como o lugar de origem dos sujeitos e seus interesses próprios.

A denominada "Pedagogia das Competências" propagada pela BNCC é pautada em interesses internacionais e empresariais, com apoio de instituições financeiras, tendo em vista o alinhamento ao mercado de trabalho que pela via do neoliberalismo se efetiva pela formação de trabalhadores flexíveis e conformados com a competitividade e o empreendedorismo, e com a ideia de meritocracia que desconsidera a origem social e o direito à educação como garantia do poder público a todos (Decker; Evangelista, 2019).

Nessa perspectiva, o processo educativo se torna um espaço de disputas ideológicas e políticas, onde a manutenção do capital é o objetivo mais premente e quanto mais às políticas educacionais se aproximam do neoliberalismo, mais podemos dizer que se distancia de uma perspectiva de educação de qualidade para todos, na perspectiva de construção de uma sociedade que valoriza as diversidades, as territorialidades e as culturas. No âmbito das políticas neoliberais, portanto, a educação deixa de ser um direito social e passa a ser vista como mercadoria (Ball, 2010; Oliveira, 2009).

De acordo com Gomes e Calado (2020), se trata de um pensamento colonialista e capitalista que não considera a construção sociocultural de povos e comunidades tidas inferiores pelas culturas e pelos seus modos de ser e viver. Dessa forma, o currículo proposto pela BNCC e ainda pela Base Nacional Curricular da Formação de Professores (BNCC-Formação) desconsidera os territórios, histórias e conquistas dos antepassados, ancestralidades e as culturas materiais e imateriais de subsistência dos povos da Amazônia, como a dos pescadores que dependem de seus artefatos e conhecimentos específicos de pesca para assegurar sua existência e de seus familiares.

Não podemos deixar de considerar que grande parte da população também depende dos produtos gerados pela pesca artesanal para o consumo do pescado, no entanto, os saberes escolares, presentes na BNCC, não dialogam com saberes de tais sujeitos.

Nesse sentido, entendemos que a formação humana pressupõe emancipação dos sujeitos e, para tanto, os processos formativos a serem desenvolvidos com os sujeitos que residem nesses territórios bem como com os professores que atuam com tamanha diversidade precisam ser instituídos a partir da compreensão desse contexto em sua totalidade e unicidade.

Assim, temos em vista a necessidade de buscar possibilidades de fazer com que as ações educacionais sejam, de fato, significativas para o desenvolvimento dos sujeitos que vivem nas diversas Amazônias, entendendo que se trata de território complexo e diverso, com muitas singularidades, o que requer processos formativos específicos, a fim de conhecer e valorizar as culturas, modos de ser e viver dos povos que as habitam.

Os estudos de Freire (1996) nos fazem compreender primeiramente que as políticas educacionais atuais, em especial a BNCC, se pautam em um modelo hegemônico e elitista de formação na perspectiva da educação bancária, que trata os sujeitos como meros receptores de informações que não têm, necessariamente, relação com suas vidas e ainda nos impele a buscar outras formas de pensar e buscar a instituição de processos educacionais, pautados numa formação humana, onde os sujeitos e suas vivências realmente importam e devem ser considerados para que

o conhecimento escolar seja crítico e transformador das realidades sociais em que vivem.

De acordo com Rummert e Ventura (2007), a realidade educacional da Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido negligenciada no Brasil, especialmente a partir da implementação de políticas educacionais, pautadas na perspectiva neoliberal, onde a formação dos sujeitos é reduzida a uma função de formação técnica e profissionalizante, com oferta de vagas de forma secundária e limitada e o investimento mínimo, que não assegura a qualidade da formação, bem como não há perspectivas de construção de currículos adequados à realidade dos estudantes dessa modalidade, o que nos faz refletir sobre os efeitos dessas políticas para sujeitos já tão excluídos da sociedade.

Para jovens e adultos excluídos do processo de escolarização, seja pela falta de acesso ou pelas precárias condições para sua permanência, esse pragmatismo e utilitarismo educacional implica a permanente negação do direito à escola. Na prática, para todos os agrupamentos sociais considerados “improdutivos”, que não se enquadram na lógica do “custo-benefício”, as políticas educacionais hegemonicamente sustentam-se na exclusão social. Como consequência, buscase também aniquilar qualquer perspectiva teórico-prática que tenha como propósito a emancipação humana” (Dias; Guimarães, 2019, p. 23).

Nesse sentido, pensar em efetivar mudanças significativas consiste primordialmente na elaboração de novos currículos, que evidenciem a diversidade cultural os saberes materiais e imateriais dos sujeitos em seus contextos e vivências, e, por isso, a EJA precisa “desenvolver situações pedagógicas que satisfaçam as necessidades de aprendizagem de jovens e adultos, em função das especificidades socioculturais deste segmento” (Conceição; Bispo; Amorim, 2027, p. 104). Assim,

Em nossa realidade Amazônica, constituída fundamentalmente de uma ampla diversidade socioproductiva, cultural e territorial, necessária se faz a implementação de políticas e práticas educativas sintonizadas com as realidades, necessidades e desafios dos coletivos, grupos, segmentos e povos da Amazônia, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, especialmente na EJA. Esse, em nosso entendimento é um requisito para que as ações educativas e pedagógicas possam de fato cumprir seu papel quando à formação humana dos sujeitos, enfrentando assim a desistência e o fracasso escolar dos sujeitos do campo e da cidade; como também a mercantilização da educação pública brasileira (Costa; Hage, 2019, p.73).

Entendemos, desse modo, que as políticas educacionais atuais, em especial a BNCC não é suficiente para que a EJA oportunize, de fato, o acesso dos estudantes a uma educação de qualidade. Para que os estudantes sejam valorizados em suas singularidades e que os conhecimentos escolares façam sentido e tragam mudanças significativas à vida dos sujeitos, é essencial trabalhar com a diversidade, numa perspectiva inclusiva.

Para tanto, é necessário construir currículos que possam respeitar essa diversidade cultural e territorial, para além de uma lógica mercadológica, que vem se intensificando na perspectiva de lucrar com as riquezas da biodiversidade ou dos recursos naturais que tem e, dessa maneira, fortalecer a luta pela manutenção desses territórios e garantir a sobrevivência de suas culturas.

Materiais e métodos

Para a tessitura desta pesquisa, usamos a Abordagem da Nova História Cultural (NHC), visto que ela permite identificar a história cultural das pessoas comuns, onde traz à tona o contexto

político, ideológico, econômico e social em que os sujeitos estão inseridos. Para Burke (2008), a NHC vai do porão ao sótão, uma mudança de interesse, de paradigmas, envolvidos prioritariamente nos fenômenos culturais, simbólicos, crenças, valores e práticas.

A história cultural é culturalmente constituída pelas representações coletivas da sociedade. Suas construções culturais se tornam explícitas quando investigadas nos estudos das diferenças entre culturas e seus respectivos sujeitos e lugares. Nelas são construídas as análises das imagens (Representações) do coletivo, de si, e do outro, conforme anunciam (Burke, 2008; Chartier, 1990).

Nesta pesquisa, os artefatos da pesca, usados nas artes de fazer a remendar as redes de pesca, perpassam pelas histórias e culturas dos pescadores da Vila do Bonifácio, localizada em Ajuruteua. Nessas artes existem diferentes práticas e conhecimentos que são transmitidos de geração a geração e constituem a cultura local dessa comunidade, com nexos em análises de cunho econômico, histórico e social.

Para extrair as informações necessárias dos pescadores, inicialmente organizamos um planejamento, onde foi elaborado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (out. 2023) e um roteiro de entrevistas a ser aplicado com os interlocutores (out. e nov.2023). Todos os pescadores assinaram o TCLE e permitiram ser registrados nesta pesquisa os dialetos de como eles são conhecidos nas comunidades, mantendo, dessa maneira, o diálogo entre pesquisador e interlocutores (entrevistados) e a conduta ética na pesquisa.

Na aplicação do roteiro de entrevista, foi realizada uma pesquisa de campo, onde inicialmente foram mapeadas as Vilas, todas localizadas em Ajuruteua, são elas: Vila dos Pescadores, Vila do Meio e Vila do Bonifácio, essa última foi o *lôcus* de investigação desta pesquisa, pois foi o momento em que os pescadores se encontravam na comunidade e não estavam em práticas pesqueiras. A primeira fase exploratória foi necessária porque permitiu uma caracterização das escolhas do lugar e de seus sujeitos. Segundo Gil (2008, p.43), a fase exploratória permite o encontro e a definição mais precisa, com o problema, o objeto, uma vez que pode se tratar de “um tema pouco explorado, tornando-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Nessa fase exploratória foi permitida a imersão da pesquisa de campo na comunidade. Esse tipo de pesquisa, conforme Gonçalves (2001, p, 67), “[...] Pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]. Por isso, a pesquisa de campo, em comunidades pesqueiras, ocorreu com o contato direto entre os pesquisadores e os entrevistados. A pesquisa de campo, nesta pesquisa, ocorreu em cinco momentos e possibilitou a aplicabilidade da entrevista do tipo semiestruturada.

Em dezembro de 2023, ocorreu o primeiro contato dos pesquisadores com os alunos e professores do Projeto de Educação de Jovens e Adultos Articulada à Educação Profissional: Educapesca. Para isso, visitamos duas escolas: uma localizada na Vila do Meio e a outra localizada na Vila do Bonifácio. Lá conversamos com os alunos da turma, e salvamos diversos contatos deles e dos professores. Em seguida, mapeamos quem eram os pescadores para iniciarmos a pesquisa de campo nos diferentes territórios.

Em janeiro de 2024, após o diálogo via WhatsApp, entre pesquisadores e interlocutores da pesquisa, houve o contato com o pescador “Seu Carlos” da Vila do Bonifácio que estava remendendo redes de pescaria, esse foi o segundo momento da pesquisa. Após isso, houve uma conversa com o pescador senhor “Siliveste”, que estava aguardando o pesquisador para demonstrar o remendo e feitura da rede de pesca. No terceiro momento, ainda em Janeiro de 2024, houve o diálogo com o pescador conhecido como Éu da rede, ele demonstrou também a tessitura da rede. No quarto momento, encontramos o pescador “Josiel” na beira da maré, limpando uma canoa, o entrevistado narrou sobre a vida dele de pescador e marcou o dia da entrevista.

Para o quinto momento, retornamos ao *lôcus* da pesquisa em janeiro de 2024, com o pescador “seu Josiel”. Esse encontro foi importante para a realização das entrevistas e aprofundamento dos dados. As entrevistas com os pescadores possibilitaram o levantamento dos dados, a partir do mapeamento dos artefatos e suas práticas culturais. O exercício desses encontros, mediados pelo uso dos procedimentos metodológicos da entrevista semiestruturada, “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...], de acordo com Triviños (1987, p. 52).

Após a coleta de dados foi executada a transcrição dos dados da pesquisa e efetuada a

técnica de análise dos dados pela epistemologia das práticas culturais e representações em Certeau (2014) e Chartier (1990). O contato com a vida cotidiana de sujeitos e seus lugares são mediados por práticas culturais, pelos modos de fazer em contato com os objetos de consumo, pois, Certeau (2014) rejeitou o mito do consumidor passivo e enfatizou o que denominou 'o consumidor como produção', em outras palavras, a capacidade do povo comum em adaptar os produtos fabricados em série, as suas necessidades pessoais (Burke, 2008). Ou seja, os sujeitos produzem táticas desviacionistas, contra as relações prescritas e homogêneas, ao adaptarem determinados objetos de consumo.

Já em Chartier (1990), analisamos as falas pelos modos de ver, os sentidos e significados que esses pescadores atribuem aos artefatos, dentre suas práticas, na realidade que é dada, pensada, dada a ler. Portanto, são as representações teóricas geradas pelos sentidos dos pescadores no contexto da Vila do Bonifácio. Ambas permitiram a proposição de indicativos curriculares à Educação de Jovens e Adultos, em Ajuruteua, na Amazônia Bragantina.

Resultados e discussões

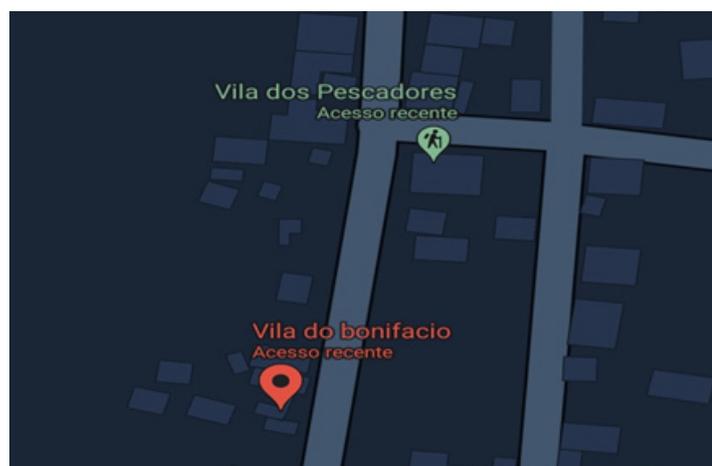
Ao efetuar a análise das redes de pesca, desde a sua produção aos remendos, trazemos no primeiro momento, o território presente em que se insere a pesquisa e as identidades dos sujeitos. Desse modo, entendemos quais as atribuições de cada pescador e o território onde acontece as práticas culturais com os artefatos da pesca. A seguir, apresentamos os indicativos curriculares propostos para a Educação de Jovens e Adultos, a partir dos saberes e das vivências, experiências de vida desses pescadores, como orientadores de produção do conhecimento na Amazônia Bragantina.

De acordo com Pereira *et al.* (2006), determinados territórios têm suas particularidades de lugares e espaços, a exemplo os territórios de zonas costeiras que se configuram como espaços de transição entre os ecossistemas terrestres e os ecossistemas marinhos. Neles estão constituídos o sistema social, econômico, natural e biológico que geram as culturas locais que podem ser alteradas, conforme sua dinâmica de contextos históricos.

A Vila do Bonifácio (00°50'58.9"S, 046°36'28.7"W) é um espaço que situado dentro dos limites da Reserva Extrativista, à margem esquerda para quem chega à entrada de Ajuruteua.

A seguir apresentamos a Vila do Bonifácio, localizada em Ajuruteua.

Figura 1. Localização das duas comunidades que ocorreu a pesquisa



Fonte: Google Maps (2024).

Conforme Maneschky (1995), Pereira *et al.* (2006), Krause e Glaser (2003), a Vila do Bonifácio é um território localizado próximo a um canal de maré. A maioria dos moradores que residem nessa Vila tem práticas com a pesca artesanal comercial. Essa Vila 'sofreu' um grande processo de transformação em decorrência da construção da rodovia PA-458 que liga a cidade de Bragança à praia de Ajuruteua em meados de 1970. A estrada trouxe como consequência imediata a facilidade

de acesso a essas áreas costeiras.

Essa Vila, foi formada no ano de 1995, e em 1997 apresentava somente 74 casas, porém, esse número foi crescendo com a construção de novas casas de madeira e concreto, acompanhadas de remoção de grande área de manguezal. A forte migração de moradores da vila dos Pescadores trouxe a mudança de associações e clubes para a vila Bonifácio, bem como a criação de um novo posto de saúde e escola (Krause; Glaser, 2003).

Além disso, as populações tradicionais, localizadas em áreas de Resex, se baseiam em práticas sustentáveis no extrativismo e, principalmente, na agricultura de auto sustento, além das criações de animais de pequeno porte (Brasil, 2005). Eles têm como princípios básicos, proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assim como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Desse modo, apresentamos os sujeitos pescadores e colaboradores desta pesquisa, que residem na Vila do Bonifácio:

Quadro 1. Identidade dos Pescadores

| Nome | Idade | Tempo de Atuação | Comunidade |
|------------|---------|------------------|-------------------|
| Seu Carlos | 63 anos | 53 anos | Vila do Bonifácio |
| Silveste | 53 anos | 34 anos | Vila do Bonifácio |
| Éu da rede | 51 anos | 39 anos | Vila do Bonifácio |

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O primeiro entrevistado, “Seu Carlos”, tem 63 anos e ele já foi pescador durante 30 anos, parou por conta de se sentir cansado, mas, atualmente trabalha apenas com o remendo de rede. Ele reside na Vila do Bonifácio a 25 anos e é Bragantino. O segundo entrevistado, Silveste, com 53 anos, é reconhecido por esse nome pelo fato de fazer qualquer tipo de buraco na rede, igual o siri, mas, ele consegue fazer o remendo perfeitamente, pescou cerca de 27 anos, e, por motivos pessoais, parou a prática da pesca e começou a focar apenas no remendo de rede, mora na Vila do Bonifácio, a 8 anos e é Bragantino.

O terceiro entrevistado, Éu da rede, trabalhou como Pescador por 20 anos, tendo reconhecimento dos amigos porque ele diz que remendar rede é igual “a mel”, hoje, ele trabalha apenas com o remendo de rede, ele se encontra na Vila do Bonifácio, a 51 anos e é Bragantino.

Observamos que os pescadores residem na comunidade entre 8 a 51 anos e todos atuam e atuaram com a prática pesqueira, no mínimo 20 anos e no máximo 30 anos. Os três entrevistados pararam de pescar por motivos pessoais e saúde. Eles fazem redes e remendos, sendo que alguns obtêm conhecimentos apenas com a construção de redes; já outros apenas remendam as redes de pesca.

Para a compreensão sobre a feitura e remendos e materiais, usados com essas práticas culturais, obtivemos as seguintes falas dos pescadores:

[...] Para fazer uma rede, temos que ter o grilom, as cordas, os *nylons*, uma agulha de pau ou de plástico para colocar o grilom, essa agulha, eu faço da árvore chamada Carnaúba, que é uma madeira de um material mais leve e resistente. Eu vou usar uma bitola que é feita de madeira para medir o tamanho da malha na hora que de começar a tecer, começo fazendo um pequeno retângulo com o grilom usando a bitola como apoio, em seguida, vou fazendo várias malhas de qualquer forma. Aí quando eu vejo que já tem como alinhar as malhas, só em uma direção, começo o alinhamento para rede ficar como uma régua, tipo com uma largura pequena e grande de comprimento. Quando termina de fazer toda a panagem da rede, eu coloco as cordas que se chama entralhe, só que aí tem um detalhe, a parte de cima da rede tem que ficar com boias e a parte de baixo tem que ficar com chumbo. Quando vou colocar as boias na corda, faço uma medida que dê uma braça e meia de distância uma boia da outra e o chumbo tem

que ficar um palmo de distância um do outro, depois desse procedimento eu pego o nylon, coloco na agulha e vou fazendo o entrelaçamento, que é juntar o pano da rede com as cordas, 'tô' falando rápido demais? Tá me entendendo bem? Eu levo um mês para fazer tudo isso, mas depois do trabalho já feito eu cobro pela mão de obra, cerca de 1.200 das pessoas, na verdade dos pescadores mesmo né, também tem os donos de barco que pedem para mim trabalhar para eles, eu faço mais a rede 40 que é a gozeira. Mas também faço a rede 50 que ela já pega uma diversidade de peixe maior, sempre uso o material da rede industrial, só que os meus materiais para confeccionar a rede são regionais, eu mesmo confecciono eles, e essa rede que eu faço, ela serve para qualquer tipo de pesca tanto para Industrial como semi-industrial e artesanal [...] (Pescador 3, Éu da rede, 2024).

[...] os materiais que utilizo são: a agulha de pau ou de plástico, junto com uma bitola de pau, que serve para medir o tamanho da malha da rede, que se utiliza tanto no remendo da rede como também no uso na hora de entrelaçar a rede, que no caso é colocar as cordas nas bordas da rede. E eu trabalho mais com a rede 50, pelo fato do plástico ser mais mole, a espessura da rede 50, ela tem 200 metros de comprimento com 48 malhas de altura, no caso duas braças e meia a altura dela toda. Só para deixar claro que quando as pessoas trazem a rede para mim, vem com 200 m, e com 78 malhas de altura e eu tiro 38 malha de cada 100 metros, e faço a junção das duas partes no caso a rede de 200 m, fica com 300 m, por isso, que eles vêm muito atrás do meu trabalho, quando a rede vem do alto mar e não tá muito estragada, e eu for remendar ela, levo entre 3 há 10 dias para terminar rápido [...] (Pescador 2, Siliveste, 2024).

Na fala do nosso entrevistado, Éu da rede, podemos perceber que ele explica com clareza o passo a passo de como confeccionar uma rede, explica quais são os materiais necessários para essa construção da rede, utilizando tanto os recursos industrializados, como também utiliza os recursos da natureza retirados nas proximidades de sua região, ou seja, a tessitura de uma rede está associada a diversidades objetos.

Já o pescador Siliveste, não só trabalha na confecção de um tipo específico de rede, mas também faz dois tipos, a rede 40, que captura com mais facilidade o peixe conhecido como gó e faz a rede 50, que pega uma diversidade de peixes maior, qualquer tipo de peixe que der na espessura da rede 50, é pescado. Suas redes são apropriadas para qualquer tipo de pesca, sendo ela industrial, artesanal ou semi-industrial, levando em torno de um mês para confeccionar cada rede de pesca; ele cobra por sua mão de obra em torno de 1.200 reais.

Destacamos, ainda, que o entrevistado, Siliveste, utiliza a sua experiência e o seu conhecimento para desenvolver uma técnica de construção da rede diferenciada dos demais entrevistados. Diferente, por exemplo do pescador Éu da rede, ele recebe uma rede de 200 metros de comprimento, retira de cada 100 metros, 38 malhas de largura, e faz a junção dessas duas partes e pode fazer com que uma rede de 200 metros fique com 300 metros. Ele leva em torno de 10 dias para fazer toda essa montagem da rede, enquanto, o entrevistado Éu da rede leva em torno de um mês para apenas confeccionar uma rede. Isso faz com que os pescadores e donos de embarcações procurem com mais frequência os serviços do pescador Siliveste.

Nas imagens a seguir, apresentamos o conjunto de artefatos usados para a feitura e remendos de redes de pesca, que os pescadores anunciaram em seus relatos.

Figura 2. Objetos para construir e remendar redes de pesca



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Figura 3. Pescador demonstrando as boias e chumbo



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Cada objeto tem uma função: o grilom é um objeto que tem por finalidade ser a base da rede, a agulha é feita de um objeto regional e a bitola também. Só que esta pode ser feita por qualquer tipo de madeira; já aquela é da árvore carnaúba. A bitola serve para medir o tamanho das malhas na hora de começar a tessitura da rede; as cordas servem para sustentar as beiradas da rede tanto na parte de cima quanto na parte de baixo; o *nylon* é feito por um material industrial e serve para prender as cordas nas hastes da rede, chamado de entralhe; as boias que são colocadas juntas com o entralhe que serve para sustentar a rede na superfície da maré; e o chumbo serve para esticar a rede para o fundo e poder capturar os peixes.

Conforme as falas dos entrevistados, as redes têm diferentes espessuras e diferente finalidades para capturas dos peixes:

[...] A rede 40 e 50, elas são para pescaria industrial porque é na poita. No caso, os pescadores colocam um ferro na rede para ela ficar parada no fundo da maré, nas pontas da rede a gente coloca uma âncora amarrada com uma corda, dando um nó, que os pescadores chamam de Tesoura. Então, a gente tem essa pescaria como industrial pelo fato de ficar no fundo, diferente da pescaria artesanal que a rede vai boiando e a maré vai levando-a. Essa rede, ela pega os peixes, como: o Serra, o caraximbó, a enchova, o banderado, o peixe pedra, a cioba, o bonito, que é parecido com o atum, ou seja, ela pega qualquer peixe que dê na espessura da rede, no caso várias classes de peixes [...] (Pescador 2, Silveste, 2024).

A seguir algumas imagens das redes de pesca (40 e 50) e alguns peixes capturados.

Figura 4. Rede de pesca 40



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Figura 5. Rede de pesca 50



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Figura 6. Peixes capturados por ambas as redes 40 e 50



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Na fala do pescador Siliveste, as redes de pesca 40 e 50 são para pescaria industrial, pelo fato de ficarem submersas na maré, presas no fundo por uma âncora. Essa é uma prática de pesca diferente da pescaria artesanal, uma vez que a rede vai boiada na superfície da maré e podemos perceber que o formato da espessura dessas redes, faz com que elas capturem uma variedade de peixes. Tanto é que, dependendo de cada pescador, essa prática vai se reafirmando com a espessura da rede.

Conforme o “Eu da rede”: “[...] eu faço mais a rede 40 que é a gozeira, mas também faço a rede 50 que ela já pega uma diversidade de peixe maior, como a pescada, a corvina, o bagre, o peixe

pedra e entre outros. [...]”. Ou seja, o entrevistado, **Éu da rede**, coloca uma diferença entre a rede 40 e a rede 50, pelo fato da rede 40 pegar apenas uma classe de peixes, já no caso da 50, ela pega uma variação de cardumes de peixes. Outro ponto que se evidencia nas fotografias, é que a confecção das redes acontece nos quintais dos pescadores e em barracões próximos as suas residências.

Sobre o remendo das redes e o porquê de a rede rasgar existem determinados conhecimentos, específicos das práticas pesqueiras:

[...] A rede rasga, às vezes, por conta que ela engata nos paus com caraca no fundo da maré, nas pedras, e, às vezes, são os peixes que furam a rede, o siri corta a malha da rede quando ele quer comer o peixe e acaba danificando a rede. Às vezes, a gente nem sabe o que rasga a rede, pelo fato de não conseguirmos ver o que tem lá no fundo da maré, quando a rede rasga e eu trago aqui em casa para poder remendar, é bem mais fácil do que fazer uma rede, eu só faço medir o tamanho da malha e ver qual o grilom que é feita, aí eu faço a medição do buraco e calculo quantas malhas vão levar, aí vou preenchendo todo o buraco. Mas tem um detalhe muito importante quando eu começo a preencher o buraco, a fazer o remendo, se eu começar pela parte de baixo e for subindo eu tenho que terminar na parte de baixo novamente, no caso eu tenho que subir e descer tecendo, sempre usando agulha de madeira e o grilom do mesmo malheiro, é meio difícil de falar como que se faz né, mas é dessa forma que eu sei explicar (Pescador 3, **Éu da rede**, 2024).

[...] Hoje, para remendar uma rede, eu utilizo agulha e o plástico grilom, dependendo do tamanho do malheiro. Se a rede for fina, o grilom tem que ser fino, se a rede for grossa, o grilom tem que ser grosso, ou seja, tudo vai de acordo com a rede que o pescador traz para mim. Na hora que começo a remendar a rede, sempre faço primeiro a medição da malha, e vou fazendo a malha do mesmo tamanho no buraco que está feito na rede, a técnica que eu uso é de deixar duas pontas, uma para o começo e outra para o fim, e só assim faço o remendo da rede [...] (Pescador 1, “**Seu Carlos**”, 2024).

Após as falas, visualizamos o pescador efetuando o remendo das redes de pesca:

Figura 7. Pescador “**Seu Carlos**” remendendo a rede



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

O entrevistado, **Éu da rede**, explica que a rede rasga por conta de engatar tanto em paus como em pedras que estão no fundo da maré, assim como os peixes que são grandes demais para a

espessura da rede, mas também tem o siri, que rasga a rede quando ele vai se alimentar dos peixes que estão presos nela. O pescador fala o passo a passo de como remendar a rede, demonstrando a técnica conhecida como o começo e o fim. Já o “Seu Carlos” utiliza os seus materiais de acordo com a espessura da rede, ou seja, faz a medição dos seus materiais antes de usá-los, usando uma técnica de deixar duas pontas, uma para o começo e outra para o fim, e, dessa maneira, ele vai preenchendo todo o buraco que está danificado na rede.

Existe todo um saber para o remendo das redes de pesca que vai desde a utilização da agulha e o plástico grilom até a medição para o remendo dessas redes. Todos os pescadores têm saberes pesqueiros que são repassados de geração a geração. Eles trazem à tona os sentidos e significados sobre o fazer e remendar rede de pesca:

[...] Para mim, essa prática com esses materiais, é um meio de sobrevivência, é de onde eu tiro o meu sustento, pago as minhas continhas, compro minha roupa, compro meu calçado e a minha alimentação, ou seja, o meu sustento geral. E mesmo tendo esse trabalho, eu não ganho uma renda fixa, mas é algo que faz parte da minha vida que me traz lembranças dos meus amigos e familiares que não estão mais comigo hoje; e me dá muito orgulho também porque nem todo mundo sabe fazer essa arte de remendar a rede e eu faço e me sinto muito feliz quando me procuram por conta do meu trabalho, é algo gratificante para mim como pessoa um reconhecimento de ser chamado de “Siliveste remendador de rede” (Pescador 2, Siliveste, 2024).

[...] Para mim, trabalhar com esses objetos para o remendo da rede e confecção da rede, é algo que se tornou meio que normal, é uma forma que eu uso para sobreviver hoje em dia; e mesmo posso passar essas artes de remendar adiante, é meio que gratificante, mas, eu meio que não sei colocar em palavras o que realmente penso, mas eu sei fazer muito bem, posso remendar qualquer rede e construir qualquer tipo de rede, depende se você me pedir e esperar, que eu faço (Pescador 3, Éu da rede, 2024).

[...] O meu remendo de rede significa várias coisas, mas para mim, é o meio de valorizar os meus materiais, e ao mesmo tempo me traz lembranças, do meu tempo de pescador, e hoje tá tudo mudado, e esses saberes que meu pai, meus amigos usavam lá atrás, estão sendo esquecidos, mas eu ainda continuo fazendo o que aprendi com eles e ensinando também, porque eu gosto de remendar a rede, você nem imagina o quanto sou feliz, quando começo a mexer nas redes de pesca (Pescador 1, “Seu Carlos”, 2024).

Conforme a fala dos entrevistados, os três veem a importância de construir e remendar redes com o uso dos seus objetos. Eles narram ainda, que suas práticas culturais são passadas por eles, e são o seu meio de sobrevivência, de onde tiram o seu sustento do dia a dia, mas também é algo que faz parte de suas vivências e reconhecimentos como trabalhadores pesqueiros nas comunidades.

Além disso, há uma memória afetiva do passado, quando relembram dos seus amigos e familiares que compartilharam dos mesmos conhecimentos e aprendizagens. E, ao mesmo tempo, eles se sentem muito felizes por fazer essa prática cultural, utilizando esses artefatos, e por terem seu nome reconhecido em meio à sociedade em que vivem, como uma pessoa que faz remenda a rede.

Todos anunciam ao decorrer das suas falas que fazer e remendar redes de pesca, é uma arte. Ou seja, um saber que advém de décadas e nem todos têm essas habilidades, alguns deles, como o pescador “Seu Carlos”, traz uma narrativa interessante, mesmo as coisas mudando, os seus saberes

e conhecimentos dos seus antepassados não estarão esquecidos, pois, ele continua firme e forte fazendo o que aprendeu com eles, e passando ensinamento adiante, porque remendar a rede, é algo que lhe torna uma pessoa feliz.

Desse modo, com base nas experiências de vidas desses pescadores, observamos que há inúmeras produções do conhecimento que devem dialogar na forma de currículos orientadores e formadores nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), desde os processos de alfabetização a escolarização de adultos.

A seguir, apresentamos, a partir dos artefatos de pesca, os conhecimentos que podem ser desenvolvidos nas turmas EJA, na Amazônia Bragantina, com base nessa cultura material pesqueira:

- Conhecimento sobre os tipos de marés – Maré alta, maré baixa, remanso; maré cheia, preamar, vazante, reponta;
- Lugares – onde se pesca para jogar as redes;
- Conhecimentos das beiras dos manguezais;
- Dialetos locais com o uso dos artefatos de pesca;
- Cardumes de peixes e suas substâncias (proteínas);
- Tempo de reprodução dos peixes pescados; g) Tamanho e terminologia (nome dos peixes);
- Milhas de distância – e qual é a milha em distância? O que significa coordenadas por milhas;
- Variações de espécies de peixes - classificações dos peixes; j) Lugar da captura dos peixes;
- De pesca – medidas: altura e comprimento para o remendo da rede;
- Lateralidade – em cima as boiais / em baixo o chumbo;
- Medição de tamanho das malhas;
- Conhecimento geométrico (retângulos) para tessituras de redes;
- Ponto de alinhamento com medidas de comprimento, tamanho e largura no formato de uma régua.

Desse modo, há na feitura e remendos de redes de pesca, saberes, práticas conhecimentos que devem ser desenvolvidos, dentre seus objetos, como proposição de currículos orientadores nas práticas pedagógicas dos professores no interior das escolas, fazendo relações das culturais locais pesqueiras em diálogos com as vivências de pescadores e a produção de currículos amazônicos no contexto brasileiro.

Considerações finais

Destacamos nesta pesquisa que os pescadores têm conhecimento tanto da feitura da rede quanto do remendo, mas alguns pescadores têm conhecimento só da confecção da rede e não do remendo; e outros têm só do remendo e não da confecção, bem como têm àqueles que não confeccionam a rede porque eles compram a panagem da rede, então, significa dizer que todos são ou já foram pescadores, mas se diferenciam e exercem praticas diferentes como uso de determinados objetos de consumo na tessitura de redes de pesca.

A referida pesquisa trouxe a importância do registro, mapeando os artefatos, suas linguagens e saberes e as memórias desses pescadores, sobre a feitura e o remendo da rede. De certa maneira, isso deve ser potencializado na alfabetização e na escolarização de turmas de educação de jovens e adultos que funcionam na escola da vila do Bonifácio, e deve servir de indicativo de currículo nas práticas pedagógicas dos professores da EJA, do Educapesca no processo de formação dos alunos, porque esse saber precisa ser valorizado, visibilizado, enquanto um saber amazônico, enquanto uma prática cultural amazônica.

Precisamos considerar que o estudo em voga, trata das artes de fazer e remendar redes, porém, mesmo sendo usados os mesmos objetos, nas práticas desses pescadores existem semelhanças: na hora de confeccionar e remenda a rede os sujeitos utilizam os mesmos materiais regionais; e diferenças: são suas técnicas que se diferenciam uma das outras, cada um foi se aperfeiçoando ao longo de sua trajetória como pescador e remendador de redes, o que nos induz

a afirmar que as práticas culturais não são homogêneas e sim diversificadas.

Nesse ínterim, os artefatos identificados com os sujeitos pescadores na Vila do Bonifácio localizada em Ajuruteua, território da praia, cada um tem uma função: os artefatos utilizados na construção e remendo da rede, são de materiais industriais e artesanais. O grilom é essencial tanto para a tessitura da panagem da rede quanto para o remendo; a agulha que é feita tanto de plástico como também é feita da madeira chamada de Carnaúba serve para a construção das malhas da rede; a bitola que é um objeto que pode ser forjado de qualquer tipo de madeira têm como função medir o malheiro da rede; as cordas servem para sustentar e da resistência à rede tanto na parte de cima quanto na parte de baixo e são chamadas de entralhe.

A panagem é a espessura do meio da rede sem ela não existe a própria rede, o nylon tem como função juntar a panagem nas cordas da rede, às boias e o chumbo servem para esticar a rede na maré, esses dois são posicionados de forma significativa, no caso o chumbo fica na parte de baixo da rede e as boias na parte de cima; as boias sustentam a rede para cima pelo fato de serem feitas de isopor e o chumbo é pesado. Nesse caso, ele manda força para um fundo e assim a rede estica, o malheiro são as próprias malhas da rede que servem para capturar os peixes. Temos as redes 40 e 50 que se diferenciam no tamanho da malha; no caso; a 40 pega peixes menores e a 50 pega os peixes maiores, mas ambas são feitas de materiais idênticos.

As artes de fazer e remendar redes de pesca, que constituem na sua totalidade a cultura material da pesca, perpassam pelos seguintes objetos: o grilom; as cordas; os *nylons*; uma agulha de pau ou de plástico; a bitola de pau; a panagem da rede; as cordas que se chamam entralhe as boias e o chumbo; as redes de pesca de 40 e 50 e o malheiro. Esses que são e devem ser reconhecidos e legitimados como produção de conhecimento que valorizem os sujeitos pescadores, seus artefatos e práticas culturais na Amazônia bragantina.

Referências

BALL, Stephen. Vozes/Redes políticas e um currículo neoliberal Global. In: PEREIRA, Maria Zuleide Costa *et al.* (org.). **Diferença nas políticas de currículo**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes. **Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

BRASIL. **Decreto de 20 de maio de 2005**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República [2005]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/dnn/dnn10531.htm. Acesso em: 14 fev. 2023.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sergio Góes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

CERTEAU, Michel. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

CAMARGO, Leila Maria; HAGE, Salomão Antonio Mufarrej; GOMES, Raimunda Kelly Silva; FIGUEIRÊDO, Arthane Menezes. Diversidade sociocultural e currículo nas Amazônia: desafios no enfrentamento à monocultura das mentes. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 238-261, jan./mar. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i1p238-261>. Disponível

em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/curriculum/v20n1/1809-3876-curriculum-20-01-238.pdf> Acesso em: 10 fev. 2024.

CONCEIÇÃO, Herson; BISPO, Sônia Vieira de Souza; AMORIM, Antonio. A gestão da formação do educador da EJA: políticas de formação e de autoformação. *In*: AMORIM, Antonio; DANTAS, Tânia Regina; AQUINO, Maria Sacramento (org.). **Educação de jovens e adultos**: políticas públicas, formação de professores, gestão e diversidade multicultural. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/27196/1/EducacaodeJovenseAdultos-PoliticPublicas_AMORIM%2C%20DANTAS%20e%20AQUINO.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

COSTA, Maria da Conceição dos Santos; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. A educação de Jovens e Adultos na agenda do capital: uma análise sobre os documentos oficiais da Unesco e do banco mundial. *In*: DIAS, Alder de Sousa; GUIMARÃES, André Rodrigues; NOVAIS, Valéria Silva de Moraes (org.) **Pensamento freireano e educação de jovens e adultos na Amazônia**. Curitiba: Appris, 2019.

DECKER, Aline; EVANGELISTA, Olinda. Educação na lógica do Banco Mundial: formação para a Sociabilidade Capitalista. **Revista Roteiro**, [S.l.], v. 44, n. 3, p. 1-24. set./out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v44i3.23206>. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23206/14025>. Acesso em: 10 ago. 2023.

DIAS, Alder de Sousa; GUIMARÃES, André Rodrigues. Educação de Jovens e Adultos na Amazônia: reflexões e indicativos metodológicos freireanos. *In*: DIAS, Alder de Sousa; GUIMARÃES, André Rodrigues; NOVAIS, Valéria Silva de Moraes (org.) **Pensamento freireano e educação de jovens e adultos na Amazônia**. Curitiba: Appris, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; CALADO, Janaina Freitas. O resistir e reexistir das populações tradicionais e extrativistas no Território Amazônico Amapaense. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 37, n. 4, p. 28-43, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v37i4.11376>. Disponível em: <https://seer.furg.br/remea/article/view/11376/8414>. Acesso em: 25 jun. 2021.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

KRAUSE, Gesche; GLASER, Marion. Dinâmicas geomórficas e socioeconômicas coevolutivas em uma vila de pescadores costeira da região de Bragança (Pará, Norte do Brasil). **Ocean & Coastal Management**, [S.l.], v. 46, n. 9-10, p. 859-874, dez. 2003. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/S0964-5691\(03\)00069-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0964-5691(03)00069-3). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0964569103000693?via%3Dihp>. Acesso em: 23 jan. 2021.

MACIEL; Rogerio Andrade; NEVES Joana d'Arc de Vasconcelos; MAGALHÃES, Franciele de Almeida. Cultura Material da Mandiquera e a Proposição Do Currículo na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Communitas**, [S.l.], v. 5, n. 11, p. 1-19, jul./set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.57622>. Acesso em: 23 jan. 2021.

MANESCHY, Maria Cristina. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: Editora Universitária UFPA, 1995.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**. Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PEREIRA, Luci Cajueiro Carneiro; SOUZA-FILHO, Pedro Walfir M.; RIBEIRO, Marcilena de Jesus Silva; PINHEIRO, Samara Cristina Campelo *et al.* Dinâmica socioambiental na Vila dos Pescadores (Amazônia Oriental, Pará, Brasil). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.l.], n. 13, p. 125-136, jan./jun. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Home/Downloads/4774-30508-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade - considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 23, n. 29, p. 29-45, ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/SgSTznjML3Hzt9cTgqSBbKK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SIMÃO, Andréa Aparecida. Formação do trabalhador: aporte da pedagogia das competências. *In*: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 11., 2016, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]. Curitiba: UFPR, 2016. p. 1-15. Disponível em: https://anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo21_ANDR%C3%89IA-APARECIDA-SIM%C3%83O.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em 18 de dezembro de 2023.

Aceito em 23 de fevereiro de 2024.